TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos destinados à **elaboração do Relatório ALM – Asset Liability Management (Gestão de Ativos e Passivos)** e do **Relatório de Diligências**, para atendimento das necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra – PREVICOB.

1.2. Os serviços compreenderão a elaboração de estudos e relatórios técnicos, com base nas informações financeiras, atuariais, patrimoniais e de investimentos disponibilizadas pelo PREVICOB.

1.3. O objeto limita-se exclusivamente à elaboração do **Relatório ALM e do Relatório de Diligências**, não abrangendo consultoria permanente de investimentos, execução de atividades relacionadas ao Pró-Gestão RPPS ou outros serviços não expressamente previstos neste Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A contratação será realizada por **dispensa de licitação**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, desde que o valor da contratação esteja dentro do limite legal vigente.

2.2. O procedimento deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 relativas à contratação direta, planejamento, estimativa de despesa, justificativa de preço, habilitação, autorização da autoridade competente e publicidade.

2.3. Deverão ser observadas também as normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social, especialmente aquelas relacionadas à gestão dos recursos previdenciários, investimentos e equilíbrio financeiro e atuarial.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O PREVICOB administra recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários presentes e futuros.

3.2. A natureza de longo prazo das obrigações previdenciárias exige o acompanhamento técnico da relação entre os ativos disponíveis e os compromissos futuros do Instituto.

3.3. O Relatório ALM permitirá avaliar a estrutura de ativos e passivos, os fluxos financeiros projetados, as necessidades de liquidez, os riscos da carteira e sua compatibilidade com as obrigações previdenciárias.

3.4. O Relatório de Diligências permitirá documentar procedimentos de análise e verificação relacionados aos investimentos, instituições e/ou produtos financeiros.

3.5. A contratação é necessária diante da especificidade e complexidade técnica dos estudos, que demandam conhecimento especializado em investimentos, gestão de ativos e passivos, análise financeira e realidade dos RPPS.

3.6. Os produtos servirão como instrumentos de apoio à tomada de decisão e ao fortalecimento dos controles internos do PREVICOB.

4. DOS OBJETIVOS

4.1. São objetivos da contratação:
I – elaborar estudo técnico da relação entre ativos e passivos;
II – avaliar a compatibilidade dos investimentos com as obrigações previdenciárias;
III – identificar riscos e pontos de atenção;

IV – avaliar necessidades de liquidez;

V – subsidiar o planejamento da gestão dos recursos;

VI – documentar diligências relacionadas aos investimentos;

VII – fortalecer os mecanismos de controle;

VIII – fornecer informações técnicas para apoio à tomada de decisões.

5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. RELATÓRIO ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT

5.1.1. A contratada deverá elaborar Relatório ALM contemplando, no mínimo:

a) levantamento das informações financeiras e atuariais;

b) análise da composição dos ativos;

c) análise das obrigações e passivos previdenciários;

d) avaliação da compatibilidade entre ativos e passivos;

e) análise dos fluxos financeiros projetados;

f) avaliação das necessidades de liquidez;

g) análise dos riscos relacionados à carteira;

h) avaliação da estrutura dos investimentos diante das necessidades futuras;

i) elaboração de cenários e projeções;

j) identificação de pontos de atenção;

k) apresentação de conclusões;

l) apresentação de recomendações técnicas, quando cabíveis.

6. DO RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS

6.1. A contratada deverá elaborar Relatório de Diligências contemplando as análises e verificações realizadas em relação aos investimentos e/ou instituições e produtos financeiros objeto da diligência.

6.2. O relatório deverá conter, conforme aplicável:

a) identificação das instituições e/ou produtos analisados;

b) identificação dos documentos analisados;
c) descrição das diligências realizadas;
d) análise das informações disponíveis;
e) verificação dos aspectos relevantes dos investimentos;
f) identificação de inconsistências ou ressalvas;
g) identificação dos principais riscos ou pontos de atenção;
h) registro das informações consideradas relevantes;
i) conclusões;
j) recomendações técnicas, quando necessárias;
k) indicação das fontes e documentos utilizados.

7. DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

7.1. A execução dos serviços deverá observar metodologia técnica compatível com a natureza do objeto.

7.2. O PREVICOB disponibilizará à contratada as informações e documentos necessários.

7.3. A contratada deverá analisar os documentos recebidos e solicitar informações complementares sempre que necessário.

7.4. Os relatórios deverão apresentar, de forma clara e objetiva, os dados utilizados, metodologia, análises, conclusões e recomendações, quando cabíveis.

7.5. As informações utilizadas deverão ser devidamente identificadas.

8. DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

8.1. A contratada deverá entregar:

I – 01 (um) Relatório ALM – Asset Liability Management;

II – 01 (um) Relatório de Diligências.

8.2. Os relatórios deverão ser entregues em formato digital, preferencialmente PDF, podendo ser acompanhados de planilhas ou arquivos utilizados na elaboração dos estudos.

9. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

9.1. Os serviços deverão ser executados no prazo estabelecido no instrumento contratual, contado da disponibilização, pelo PREVICOB, de todas as informações necessárias.

9.2. O prazo deverá contemplar o levantamento, análise, elaboração, revisão e entrega dos relatórios.

9.3. Caso a execução seja prejudicada pela ausência de informações ou documentos de responsabilidade do PREVICOB, o prazo poderá ser ajustado mediante justificativa.

10. DO LOCAL E DA FORMA DE EXECUÇÃO

10.1. Os serviços serão prestados predominantemente de forma remota.

10.2. Poderão ser realizadas reuniões virtuais para esclarecimentos, apresentação de metodologia e discussão dos resultados.

10.3. Eventual reunião presencial deverá ser previamente acordada.

11. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. A empresa deverá demonstrar capacidade técnica compatível com a execução do objeto.

11.2. Deverá apresentar documentação comprobatória de experiência e qualificação relacionada à elaboração de estudos de ALM, diligências, análise de investimentos e/ou serviços correlatos.

11.3. Deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista.

11.4. A empresa deverá manter as condições de habilitação durante a execução contratual.

12. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

12.1. A contratação será realizada mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão do valor estimado, desde que respeitado o limite legal vigente.

12.2. O processo deverá ser instruído com os documentos necessários à contratação direta, especialmente:

I – Documento de Formalização da Demanda;
II – Estudo Técnico Preliminar, quando cabível;
III – Termo de Referência;
IV – estimativa da despesa;
V – pesquisa de preços;
VI – justificativa do preço;
VII – razão da escolha do contratado;
VIII – comprovação de habilitação;
IX – comprovação de qualificação técnica;
X – disponibilidade orçamentária;
XI – autorização da autoridade competente;
XII – demais documentos exigidos pela legislação.

12.3. Quando aplicável, deverá ser divulgado aviso para recebimento de propostas adicionais, com o objetivo de ampliar a competitividade e buscar a proposta mais vantajosa.

13. DO VALOR ESTIMADO

13.1. O valor global estimado para a contratação é de aproximadamente **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

13.2. Para fins de planejamento, estima-se:

Item	Descrição	Quantidade	Valor
01	Relatório ALM – Asset Liability Management	01	R$ 6.000,00
02	Relatório de Diligências	01	R$ 4.000,00
TOTAL			**R$ 10.000,00**

13.3. O valor definitivo deverá ser definido após a realização da pesquisa de preços.

13.4. O valor deverá compreender todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, encargos, despesas administrativas e operacionais.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria do PREVICOB.

14.2. A contratação deverá ser precedida de comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

a) executar os serviços com qualidade, zelo e observância das normas aplicáveis;

b) cumprir os prazos estabelecidos;

c) elaborar relatórios claros e tecnicamente fundamentados;

d) utilizar metodologia adequada;

e) solicitar tempestivamente informações necessárias;

f) corrigir eventuais erros de sua responsabilidade;

g) manter sigilo sobre as informações recebidas;

h) prestar esclarecimentos sobre os produtos;

i) manter as condições de habilitação;

j) responsabilizar-se pelos encargos decorrentes da execução dos serviços.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO PREVICOB

São obrigações do PREVICOB:

a) disponibilizar os documentos e informações necessários;

b) prestar esclarecimentos solicitados;

c) acompanhar a execução dos serviços;

d) analisar os produtos entregues;

e) comunicar eventuais inconsistências;

f) efetuar o pagamento após o cumprimento das condições estabelecidas;

g) designar servidor responsável pela fiscalização.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução será acompanhada por servidor formalmente designado pelo PREVICOB.

17.2. Compete ao fiscal:

- acompanhar os prazos;
- conferir a entrega dos relatórios;
- verificar a conformidade dos produtos;
- solicitar esclarecimentos;
- registrar ocorrências;
- atestar a execução para fins de pagamento.

17.3. A fiscalização não exclui a responsabilidade técnica da contratada.

18. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

18.1. Os serviços serão considerados concluídos após a entrega dos produtos e sua análise pelo PREVICOB.

18.2. Os relatórios deverão:

- corresponder ao objeto contratado;
- apresentar metodologia;
- demonstrar os dados e documentos analisados;
- conter análise técnica;
- apresentar conclusões;
- apontar pontos de atenção, quando identificados;
- atender às exigências deste Termo de Referência.

18.3. Caso sejam identificadas falhas ou inconsistências de responsabilidade da contratada, deverão ser realizadas as correções necessárias sem custo adicional.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado após a entrega e aceitação dos produtos.

19.2. O pagamento dependerá da apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal.

19.3. A Administração poderá exigir a comprovação da manutenção da regularidade fiscal, social e trabalhista.

20. DA VIGÊNCIA

20.1. A contratação terá vigência pelo período necessário à execução integral do objeto, contado da formalização da contratação.

20.2. A vigência deverá ser compatível com o prazo necessário para elaboração, entrega, análise e eventual correção dos relatórios.

21. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

21.1. A contratada será responsável pela qualidade técnica dos estudos e relatórios elaborados.

21.2. Os relatórios deverão utilizar informações atualizadas e documentos disponibilizados pelo PREVICOB.

21.3. Eventuais limitações decorrentes da ausência, insuficiência ou inconsistência de informações fornecidas pelo Instituto deverão ser registradas nos relatórios.

22. DA CONFIDENCIALIDADE

22.1. A contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações financeiras, atuariais, patrimoniais, administrativas e demais dados aos quais tiver acesso.

22.2. As informações deverão ser utilizadas exclusivamente para execução do objeto contratado.

22.3. A contratada deverá adotar medidas adequadas de segurança para impedir acesso ou divulgação indevida.

23. DA NÃO SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Não será permitida a subcontratação do objeto sem autorização prévia e expressa do PREVICOB, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

24. DO NÃO PARCELAMENTO

24.1. O objeto será contratado de forma integrada, compreendendo a elaboração do Relatório ALM e do Relatório de Diligências.

24.2. O não parcelamento justifica-se pela complementaridade entre os serviços e pela necessidade de uniformidade metodológica na análise das informações.

24.3. A execução integrada facilita a fiscalização e concentra a responsabilidade técnica pelos produtos.

25. DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

25.1. São riscos relevantes:

I – atraso no fornecimento de documentos: poderá comprometer o cronograma;

II – informações incompletas: poderá limitar a qualidade dos estudos;

III – alterações normativas: poderão demandar adequações;

IV – falhas nos produtos: poderão exigir correções.

25.2. Os riscos relacionados ao fornecimento de informações serão mitigados pelo PREVICOB, enquanto os riscos relacionados à elaboração técnica dos relatórios serão de responsabilidade da contratada.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

26.2. Poderão ser aplicadas:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

27. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

27.1. A contratação deverá proporcionar ao PREVICOB:

- estudo técnico atualizado da relação entre ativos e passivos;
- maior conhecimento sobre a estrutura financeira e previdenciária;
- identificação de riscos e pontos de atenção;
- avaliação das necessidades de liquidez;

- subsídios técnicos para tomada de decisão;
- fortalecimento dos mecanismos de controle;
- maior segurança documental nos procedimentos de diligência;
- melhoria da transparência dos processos relacionados aos investimentos.

28. DA CONCLUSÃO

28.1. Considerando a necessidade do PREVICOB de dispor de estudos técnicos especializados para avaliação da relação entre seus ativos e passivos e para documentação das diligências relacionadas aos investimentos, considera-se necessária e adequada a contratação de empresa especializada para elaboração do **Relatório ALM e do Relatório de Diligências**.

28.2. O valor estimado da contratação é de aproximadamente **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

28.3. A contratação deverá observar integralmente os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à pesquisa de preços, justificativa do preço, habilitação, disponibilidade orçamentária, autorização da autoridade competente e publicidade.

28.4. Considerando o valor estimado, a contratação poderá ser realizada mediante **dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que o valor permaneça dentro do limite legal vigente e sejam atendidos os demais requisitos legais.

28.5. A contratação não compreenderá consultoria permanente de investimentos, execução de atividades relacionadas ao Pró-Gestão RPPS ou qualquer outro serviço não previsto neste Termo de Referência.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Os casos omissos serão solucionados pela Administração, observada a legislação aplicável.

29.2. Integram o processo de contratação o Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa de preços, proposta comercial, documentos de habilitação e demais documentos pertinentes.

29.3. A contratação deverá ser formalizada mediante instrumento adequado, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021.